



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/07/2017

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	1 - 2
1.2. JORNAL O PROGRESSO.....	3
2. CONVÊNIOS	
2.1. JORNAL O DEBATE.....	4
2.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	5
2.3. JORNAL PEQUENO.....	6
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	7
4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
4.1. JORNAL O DEBATE.....	8
4.2. JORNAL PEQUENO.....	9
5. PRESIDÊNCIA	
5.1. JORNAL A TARDE.....	10 - 11
6. RÁDIO WEB JUSTIÇA	
6.1. JORNAL PEQUENO.....	12

Presidente Cleones Cunha recebe o título de cidadão balsense



Presidente Cleones Cunha recebe o título de cidadão balsense

A Câmara Municipal de Balsas concedeu o título de cidadão balsense ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, natural de Tuntum. O título – uma proposição do vereador Nelson Ferreira de Oliveira – foi entregue em sessão solene presidida pelo vereador Moisés Coelho, na sede do Legislativo Municipal.

Na ocasião, foram também homenageados com o título os juízes Elai-le Silva Carvalho, Marco André Tavares Teixeira e Nirvana Maria Mourão Barbosa e as promotoras de Justiça Dailma Maria de Melo Brito e Rita de Cássia Pereira de Souza. Participaram do ato solene de entrega dos títulos os vereadores Isaura



Ferreira (vice-presidente da Câmara), Fransuila (1ª Secretária), Nilton Pereira (2º Secretário), o prefeito Erik Augusto Costa e Silva, o procurador geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins, juízes, promotores, advogados e cidadãos de Balsas.

Em seu discurso, o desembargador Cleones Cunha mencionou as be-

lezas naturais de Balsas, em especial, o rio de Balsas, onde teve a oportunidade de descer em passeio durante sua estadia na cidade. “Se hoje eu estou recebendo o título oficial, ontem eu recebi o batismo de cidadão de Balsas, nas águas desse rio. Isso tem um valor simbólico, que representa um novo registro de nascimento”

frisou.

O presidente do TJMA recordou os primeiros contatos com o povo balsense, na década de 80, quando foi funcionário do Tribunal de Justiça do Maranhão. “Naquela época pude experimentar das iguarias da região de Balsas e, ali, já comecei a amar a cidade”, revelou.

O presidente afirmou que é uma alegria voltar a Balsas para receber o título. “É uma satisfação tanto como pessoa, como profissional. Principalmente, porque esse título me dá uma responsabilidade de cuidar mais dos interesses do povo de Balsas, naquilo que é possível como magistrado o fazer. Faremos de tudo para corresponder a confiança”, concluiu.

Nova Unidade da Central de Inquéritos e Custódia é instalada em Imperatriz

A unidade – que tem como juíza titular, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis – é a segunda a ser instalada no Estado



peratriz em Central de Inquéritos e Custódia - promove também as audiências de custódia em virtude de flagrante e de cumprimento de mandados de prisão temporária ou preventiva, oriundos da Central, além de procedimentos incidentes existentes no curso do inquérito, habeas corpus, mandado de segurança, entre outros.

De acordo com a juíza Ana Lucrecia Reis, a especialização representa uma forma de aprimoramento de toda atividade profissional, quando confere a um único juízo competência exclusiva para atuar na fase pré-processual. “Em Imperatriz, todas as varas criminais apresentavam dificuldade com o controle dos inquéritos policiais. Nos poucos dias de atuação da unidade, já é possível observar uma maior agilidade na tramitação das representações requeridas pelo Ministério Público ou Delegacia de Polícia. De igual forma, as audiências de custódia têm se realizado em lapso temporal inferior a 24 horas”, destacou.

Para a magistrada, as atividades promovidas pela nova unidade torna viável a agilização dos requerimentos endereçados ao Judiciário, indispensáveis ao prosseguimento das investigações. “Não resta dúvida da efetiva contribuição da instalação da Central de Inquéritos para o combate à criminalidade. Sabemos que existe o

A Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz foi instalada em ato solene na terça-feira (25), no Fórum Henrique de La Rocque, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha. A unidade - que tem como juíza titular, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis - é a segunda a ser instalada no Estado.

A Central atua com os inquéritos policiais, procedimentos investigativos criminais do Ministério Público e todas as medidas pré-processuais aptas a auxiliarem em investigações, em que se inserem as representações por busca e apreensão, interceptação telefônica, que-

bra de dados telefônicos, quebra de sigilo fiscal e bancário, entre outros.

Para o presidente Cleones Cunha, a instalação da Central culmina no curso de uma trajetória precedida de várias discussões e reuniões, que superou resistências por se tratar de algo novo. “Estamos aqui para registrar a instalação dessa unidade judicial, que já está em pleno funcionamento e que representa um avanço na celeridade da prestação jurisdicional”, ressaltou o desembargador.

A nova unidade - criada pela Lei Complementar 188/2017, que transformou a antiga 3ª Vara Criminal de Im-

tempo da investigação, de modo que algumas medidas, quando não apreciadas em tempo hábil, prejudicam por completo a elucidação de certos crimes”, esclareceu.

O corregedor-geral da Justiça em exercício, desembargador Jorge Rachid, enfatizou ser uma satisfação constatar nos magistrados que atuam em Imperatriz a vontade de levar adiante projetos como esse, prestando um serviço excelente à comunidade.

“Tenho certeza de que a juíza Ana Lucrécia tem todas as condições de fazer com que esse trabalho prospere. Gostaria de parabenizar também o desembargador Cleones Cunha, que tem feito uma peregrinação pelo interior do Maranhão, instalando novas unidades judiciais, dentro das possibilidades do Judiciário”, destacou Rachid.

POSSE - Durante a solenidade, o presidente do TJMA, Cleones Cunha, deu posse ao juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz (entrância intermediária), no cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de São Luís (entrância final), promovido pelo critério de antiguidade, com titularidade na mesma unidade judiciária.

“É a primeira vez que um juiz promovido à entrância final opta por ficar na Comarca de

entrância intermediária onde já atua. Isso porque tenho minhas raízes aqui, onde possuo residência há 20 anos, tenho meus processos e família constituída”, revelou o juiz. Adolfo Neto ingressou na magistratura em 1992, atuando nas comarcas de Vitória do Mearim, Santa Luzia do Tide, Vitorino Freire e Imperatriz.

Ao dar posse a um juiz de entrância final na Comarca de Imperatriz, o presidente do TJMA declarou que o ato já é um início para que no futuro, Imperatriz seja elevada à Comarca de entrância final. “Esse é um caminho que não tem volta”, concluiu.

Participaram das solenidades o desembargador Jamil Gedeon; a diretora geral do TJMA, juíza Isabella Lago; o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Marco Antônio Oliveira; os juízes da Comarca de Imperatriz, Mário Márcio Sousa, Ana Beatriz Maia, Genivaldo Silva, Iris Danielle Santos, Edilza Ferreira, Joaquim Filho e Delvan Oliveira; o diretor da secretaria da CGJ, Gustavo Adriano Campos; a promotora Raquel Chaves e Carlos Róstão; o defensor público, André Andrade; o delegado regional, Eduardo Galvão; a vereadora Tátilla Avelue; o comandante da Polícia Militar, Major Diniz e servidores do Poder Judiciário da Comarca de Imperatriz. **(Assessoria)**

CAMPANHA

A adoção de medidas de prevenção ao uso de drogas bem como o tratamento e reinserção social de usuários e dependentes. Esses são os objetivos da 'Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas', lançada, em Balsas, na última segunda-feira (24), em evento organizado pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal.

A solenidade de lançamento foi aberta pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, com a presença do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho. Na ocasião, foi assinada uma carta de compromisso para implantação da Campanha pelas autoridades locais.

Representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, militares, advogados, religiosos, estudantes das redes pública e privada de ensino e do Projeto Pelotão Mirim, além de representantes da sociedade civil, estiveram presentes na solenidade. A Campanha foi lançada também nos municípios de Fortaleza dos Nogueiras e Nova Olinda do Maranhão.

O presidente do TJMA destacou a importância da articulação entre as instituições e a sociedade na prevenção às drogas. "Tenho certeza que o trabalho que será desenvolvido em conjunto pela Promotoria, Câmara Municipal, Prefeitura, unidades públicas de assistência social, secretários municipais, professores, pais, estudantes e religiosos garantirá o êxito da campanha", afirmou.

FERIADO

O expediente no Poder Judiciário do Maranhão nesta sexta-feira (28) – feriado do dia da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil – será suspenso. Os prazos processuais iniciados ou encerrados nesta data serão automaticamente prorrogados para segunda-feira (31).

As datas com os feriados e pontos facultativos na Justiça Estadual estão relacionadas na Resolução nº 059/2016, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), do Tribunal de Justiça.

Para o atendimento das demandas urgentes – habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares – ficará em funcionamento o plantão judicial, nas esferas cível e criminal da Justiça de 1º e 2º Grau.

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, é necessário entrar em contato com os servidores plantonistas que, além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento das ações ao desembargador de plantão.

Os servidores plantonistas de 2º Grau são Cláudio Marcos O. Coutinho e Vânia de Oliveira C. Azevedo. O número do telefone disponibilizado para o referido plantão judiciário é o (98) 98815-8344.

O desembargador Raimundo Barros é o plantonista do TJMA até o dia 30 (domingo). O desembargador Raimundo Melo assume o plantão na segunda (31).

As datas do feriado e ponto facultativo no Judiciário estão relacionadas no calendário forense, publicado pelo TJMA a cada ano.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Que drogas! (1)

A adoção de medidas de prevenção ao uso de drogas bem como o tratamento e reinserção social de usuários e dependentes. Esses são os objetivos da Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas, lançada no sul do estado, que vai alcançar todos os municípios, coordenada por um comitê estadual.

Que drogas! (2)

A campanha envolve os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, militares, advogados, religiosos, estudantes das redes pública e privada de ensino e do Projeto Pelotão Mirim, além de representantes da sociedade civil. A Campanha foi lançada também nos municípios de Fortaleza dos Nogueiras e Nova Olinda do Maranhão.



Marwelblog

Parabéns e obrigado, herói de Imperatriz

A programação do Marwel no sábado e domingo, será em homenagem ao Juiz de Direito Adolfo Pires da Fonseca Neto, por fazer história em Imperatriz. MM Adolfo na última terça-feira, 25/07/2017, por ocasião da instalação da central de inquéritos e custódia de Imperatriz, foi promovido pelo presidente do TJMA, Cleones Cunha, a Juiz de Direito auxiliar na entrância fi-

nal de São Luís. No entanto, o nosso Juiz, mesmo na entrância superior da capital, por amor a nossa cidade preferiu ficar em Imperatriz, sendo esta a primeira vez que isto ocorre. Já que os outros juízes sempre foram para a entrância final, vale lembrar que o MM Adolfo (na foto orientando atletas do Marwel) entrou na lista para logo ser promovido a desembargador.

Pretensão de ressarcimento ao Erário é imprescritível

Ribamar Pinheiro

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve uma decisão provisória (liminar) de primeira instância, que decretou a indisponibilidade dos bens de um ex-vereador do Município de Poção de Pedras. O parlamentar alegava prescrição da pretensão do Ministério Público estadual (MPMA).

O entendimento dos desembargadores foi de que não houve prescrição e, mesmo que não tivesse sido observado o prazo, destacou ser imprescritível o pedido de ressarcimento de danos ao Erário.

O ex-vereador Lael Silva Bezerra ajuizou um agravo de instrumento contra a decisão do Juízo da Comarca de Poção de Pedras. Ao alegar a prescrição, ele disse que a ação de improbidade foi ajuizada após mais de cinco anos do término do mandato de vereador. Sustentou a não legitimidade ativa do Ministério Público e argumentou que a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica aos agentes políticos. Acrescentou não estarem preenchidos os requisitos legais para a decretação da indisponibilidade de bens.

O desembargador Paulo Velten (relator) não acolheu a



Desembargador Paulo Velten foi o relator do processo

alegação do agravante de que o direito de o Ministério Público propor a ação estaria prescrito. Ressaltou que, em que pese o mandato de vereador ter expirado em 31 de dezembro de 2008, o recorrente não nega que exerceu a função de vice-prefeito do mesmo município a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2012.

O relator explicou que, como o vínculo do agravante com a administração pública municipal foi renovado e se estendeu até dezembro de 2012, a ação de improbidade administrativa ajuizada em março de 2017 observou o prazo de prescrição de cinco anos previsto na LIA. Citou

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo o qual o prazo prescricional, em tal situação, começa a fluir a partir do dia subsequente ao encerramento do vínculo do agente com a administração pública.

Também do STJ foi o entendimento citado por Paulo Velten, de que "a pretensão de ressarcimento dos prejuízos causados ao Erário é imprescritível, mesmo se cumulada com a ação de improbidade administrativa".

Quanto ao argumento de que o agravante, por ter exercido função política, não deveria ser submetido à LIA, o desembargador observou que a questão já foi examinada e re-

jeitada pelo STJ, que firmou o entendimento segundo o qual "os agentes políticos se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa".

Por fim, no que diz respeito à ordem de indisponibilidade de bens, considerou que não há reparo a ser feito na decisão de primeira instância, já que preenchidos os requisitos legais para o deferimento da medida cautelar. Velten explicou que, nesses casos, o periculum in mora (risco de decisão tardia) é presumido, bastando para decretar a ordem de indisponibilidade apenas a presença de indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário.

Em relação ao caso, o relator disse que documentos indicam - ao menos em juízo de cognição superficial - que o agravante se utilizou do ilegal expediente de fracionamento da despesa com vista à dispensa irregular de licitação.

Os desembargadores Jaime Ferreira de Araujo e Marcelino Everton acompanharam o voto do relator, negando provimento ao recurso do ex-vereador. (Protocolo nº 18547/2017 - Poção de Pedras). (Ascom TJMA)

Ações de prevenção às drogas atingem região Sul do Maranhão

A adoção de medidas de prevenção ao uso de drogas bem como o tratamento e reinserção social de usuários e dependentes. Esses são os objetivos da 'Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas', lançada, em Balsas, no início da semana, em evento organizado pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal. A solenidade foi aberta pelo

presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, com a presença do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho. Na ocasião, foi assinada uma carta de compromisso para implantação da Campanha pelas autoridades locais. A Campanha foi lançada também nos municípios de Fortaleza dos Nogueiras e Nova Olinda do Maranhão. O presidente do TJMA destacou

a importância da articulação entre as instituições e a sociedade na prevenção às drogas.

O procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, ressaltou que o aumento no consumo de drogas no país é uma triste realidade e que a prevenção é um dos principais caminhos a seguir.

A 'Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas' é um projeto-piloto que viabiliza a implementação de políticas públicas e legislações sobre drogas em cada município do Estado. Foi deflagrada em março de 2017 e já atingiu 60 municípios maranhenses. A meta é atingir 100 municípios até o fim deste ano.

Tribunal de Justiça suspende expediente hoje

O expediente no Poder Judiciário do Maranhão nesta sexta-feira (28) – feriado do dia da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil – será suspenso. Os prazos processuais iniciados ou encerrados nesta data serão prorrogados para segunda-feira (31).

As datas com os feriados e pontos facultativos na Justiça Estadual estão relacionadas na Resolução nº 059/2016, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), do Tribunal de Justiça.

Para o atendimento das demandas urgentes – habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares – ficará em funcionamento o plantão judicial, nas esferas cível e criminal da Justiça de 1º e 2º Graus.

Os servidores plantonistas de 2º Grau são Cláudio Marcos O. Coutinho e Vânia de Oliveira C. Azevedo. O número do telefone disponibilizado para o referido plantão judiciário é o (98) 98815-8344.

O desembargador Raimundo Barros é o plantonista do TJMA até domingo (30). O desembargador Raimundo Melo assume o plantão na segunda (31).

‘Ponto de Vista’ fala de possível mudança na lei dos planos de saúde

O programa “Ponto de Vista” da próxima segunda-feira (31), na Rádio Web Justiça do Maranhão, vai tratar de uma proposta de mudança na lei dos planos de saúde, que contam, hoje, com mais de 47 milhões de usuários. O redator e apresentador do programa, Antônio Carlos de Oliveira, vai falar sobre a proposta, que tramita no Congresso Nacional, e contar como o Poder Judiciário tem agido em suas decisões atualmente.

O “Ponto de Vista” é apresentado de segunda a sexta, em quatro edições diárias, às 8h15, 14h15, 17h15 e 20h15.

A Rádio Web Justiça do Maranhão pode ser acessada por desktop, tablet ou celular, por meio dos sites. No www.tjma.jus.br, basta clicar no banner da rádio. Nos sites www.radios.com.br e www.tunein.com, a conexão se dá por meio de busca com os termos “Rádio Web Justiça do Maranhão” ou “Rádio Justiça do Maranhão”. No smartphone, há também a opção de acesso direto pelo site oficial do TJMA ou pelos aplicativos: Tunein ou Radiosnet. instalado no aparelho de TV.